

Ata da 5ª reunião da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, ocorrida no dia 25/09/2000, na sala de reuniões do Gabinete do Ministro da Ciência e Tecnologia, 4º andar.

O Ministro da Ciência e Tecnologia Ronaldo Mota Sardenberg deu início à reunião, agradecendo a presença dos membros da comissão, passando-se ao primeiro ponto da agenda.

1. Aprovação da ata da 4ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima - Secretaria Executiva.

A ata da 4ª reunião foi lida pelo Secretário Executivo da Comissão e aprovada pelos presentes.

2. Principais resultados da XIII reunião dos Órgãos Subsidiários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, ocorrida em Lyon, França, no período de 4 a 15 de setembro de 2000, em preparação para a 6ª Conferência das Partes da Convenção, que seria realizada na Haia em novembro.

O Ministro Everton Vargas informou que a 13ª sessão do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico - SBSTA e a 13ª sessão do Órgão Subsidiário de Implementação - SBI da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima realizaram-se de 4 a 15 de setembro de 2000, em Lyon, com o objetivo de dar continuidade aos preparativos para a 6ª reunião da Conferência das Partes da Convenção, a ser realizada na Haia, de 13 a 24 de novembro. Informou que a reunião se dividiu em duas partes: a primeira de consultas informais, que ocorreu na primeira semana, de 4 a 9 de setembro, e a segunda parte, de sessão formal, que ocorreu de 11 a 15 de setembro.

Mencionou que a sessão formal foi inaugurada pelo Primeiro Ministro da França, Lionel Jospin, que fez um discurso ressaltando os esforços que a França vem fazendo na área de mitigação das suas emissões. Também estavam presentes na sessão de abertura formal a Comissária Europeia de Meio Ambiente, a Sra. Margot Wallström, e a Ministra Francesa de Meio Ambiente, Dominique Voynet, que, discursando em plenário, pediu explicitamente que certos países em desenvolvimento assumissem compromissos voluntários de redução de suas emissões de gases de efeito estufa no âmbito da Convenção.

O Ministro Everton disse que, de uma visão política mais ampla, pairava nas discussões a questão dos compromissos voluntários por parte dos países em desenvolvimento. Disse que já haviam tido uma primeira exposição a essa questão na reunião que o Grupo dos 77 realizou em Saint Etienne, em preparação para a reunião de Lyon, no final de semana que a antecedeu, da qual também participaram o Dr. Luiz Gylvan Meira Filho, o Dr. José Domingos Gonzalez Miguez e a Secretária Maria Rita Silva Fontes Faria. Nessa reunião, o Presidente do Grupo dos 77, o representante da Nigéria, Dr. Mohamed Sanusi Barkindo, mencionou, de uma maneira muito genérica para o grupo, mas depois confirmou, em particular, à Delegação Brasileira, que a Nigéria foi muito pressionada por ocasião da visita do Presidente Bill Clinton a Lagos no sentido de que concordasse com um documento conjunto em que reconhecia a importância de que os países em desenvolvimento adotassem compromissos voluntários de redução de suas emissões. Informou que os americanos trabalhavam com a

hipótese de incluir também África do Sul, Arábia Saudita e Nigéria, não apenas Brasil, China e Índia. Seria uma tentativa de aumentar o espectro de países que adotariam medidas para isso. Mencionou o fato dos americanos não pensarem no México, que certamente tem emissões muito mais elevadas que a África do Sul, mas deveria haver razões políticas para que os americanos não o incluíssem. Disse ainda que o importante é que, nas conversas paralelas que o Dr. Gylvan Meira e ele tiveram com o Presidente do Grupo dos 77 e representantes desses países mencionados, ficou claro que o Presidente do Grupo dos 77 estava sendo fortemente pressionado tanto pelo Presidente da COP 5, que é o representante da Polônia, como também pelos próprios holandeses, no sentido de aceitar que esse tema de compromissos voluntários venha a fazer parte da agenda.

O Ministro Everton disse que, sem dúvida, o tema iria aparecer. A exemplo do que fez a Ministra francesa no seu discurso, os Ministros dos países industrializados não deixariam passar a oportunidade. Mencionou que um aspecto muito importante era que, em Lyon, nenhuma organização não-governamental advogou compromissos voluntários por parte dos países em desenvolvimento. Disse que há dentro da comunidade que está atuando nessa área uma clara sensação de que a posição que os países como o Brasil vêm tomando em todos os temas da agenda é uma posição extremamente correta, particularmente nessa questão de assunção de compromissos voluntários.

O Dr. Gylvan observou que é sintomático que tenha reaparecido o interesse pela primeira parte da Proposta Brasileira, escrita em 1997, de se perguntar qual é a responsabilidade objetiva de cada país pelo aumento de temperatura e a proposta política de que a repartição do ônus fosse feita na mesma proporção. Disse estar se renovando o interesse dos americanos e europeus, que estão colocando pessoas para analisar os termos técnicos da proposta. Disse que se em algum momento, independentemente do resultado de Haia, for feita uma avaliação internacional não da parte política do ônus mas uma avaliação internacional da responsabilidade de cada país, a Proposta do Brasil pode deixar claro, em termos quantitativos, o porquê dessa diferenciação de compromissos. Se olharmos os países como bloco fica evidente que embora as emissões dos países em desenvolvimento se igualem às dos países industrializados por volta de 2020 ou 2030, o efeito disso só se igualará por volta do ano 2100.

Com relação à questão do regime de cumprimento, o Ministro Everton salientou a necessidade de que esse regime, até mesmo por força do Artigo 18 do Protocolo, se estabeleça por meio de um instrumento internacional juridicamente vinculante. Disse que a delegada americana levantou a questão da adoção de um instrumento de modificação do Protocolo, ao que observamos imediatamente que era preciso pensar muito bem sobre o que significa “instrumento de modificação”, uma vez que nesse instrumento poderia entrar não só o regime de cumprimento mas tudo o que se desejasse. Observou que um adendo pode ser mais restritivo que uma emenda ou instrumento de modificação, porque é algo que se acopla e não entra na substância do resto que já foi negociado. Essas são questões que a Comissão pode vir a ter que definir, mas de qualquer maneira, o importante é ficar atento porque os americanos podem estar pensando em fórmulas para em determinados momentos tentar jogar a negociação em outro patamar.

Sobre o temas dos mecanismos, o Dr. José Miguez informou ser essa uma discussão muito complicada, porque não há predisposição de alguns países, como os Estados Unidos, de

simplificar a discussão. Disse que o documento continuava aberto a novas submissões que estavam sendo bastante volumosas, não tendo sido possível ainda chegar ao documento de negociação. Informou que esse era o único tema sem documento de negociação, e que o documento existente estava desbalanceado porque a prioridade foi dada ao CDM em razão da sua entrada em vigor estar prevista para o ano 2000, ao passo que os outros mecanismos, comércio de emissões e implementação conjunta, poderiam começar em 2008, quando se inicia o primeiro período de compromisso. Também foi dada prioridade ao CDM em termos de urgência da regulamentação. O Dr. José Miguez informou que foram feitas, na reunião, algumas apresentações pelo Presidente do grupo que estava discutindo mecanismos, que, entre outros assuntos, tratou do comércio de emissões. Foi feita outra apresentação sobre o credenciamento de entidades operacionais no caso do CDM e sobre o problema de certificação. Várias entidades apresentaram suas propostas, principalmente a ISO, e foi feita também uma apresentação sobre quais seriam as atribuições do Conselho Executivo do CDM. Durante a negociação formal, as discussões se centraram em alguns poucos temas, como a entrada em vigor do mecanismo, com alguns países defendendo uma maneira de entrada em vigor dentro de uma regulamentação não muito formal e o Brasil pedindo uma regulamentação formal de estabelecimento provisório das entidades do CDM, que seriam o Comitê Executivo, e as entidades operacionais credenciadas. A Arábia Saudita posicionou-se contra essa entrada em vigor provisória, discordando dentro do G-77. Outra grande discussão foi a inclusão de florestas no CDM. Houve primeiramente uma submissão de alguns países da América Latina tentando colocar vários itens no texto que está sendo discutido. Houve também uma intervenção do Dr. Gylvan, como Coordenador do assunto pelo G-77, pedindo que todos os assuntos relativos a florestas fossem considerados pendentes de discussão para serem analisados após a conclusão dos trabalhos do grupo de florestas. Disse que a mesma coisa ocorria com o assunto de regime de cumprimento, em que também foram feitas várias tentativas de inserir, na discussão de mecanismos, propostas de regime de cumprimento às vezes extremamente rigorosas contra os países em desenvolvimento.

O Ministro Everton disse não acreditar que se conseguisse realmente chegar, na Haia a uma regulamentação que possa ser considerada como acabada com relação aos mecanismos de flexibilidade. A mesma coisa podia se dizer em relação ao que se vai deixar para mais à frente em relação aos outros temas. Existiria uma possibilidade dos resultados da Haia saírem de uma maneira pouco costurada e correremos o risco dos países desenvolvidos ou perderem o interesse pela futura negociação ou estabelecerem tamanhas condições para se continuar a negociação em outros temas, que se acabe por descaracterizar a idéia geral de regulamentação que se tem do Protocolo de Quioto. Essa é uma escolha política que vai cair em muito nas mãos dos Ministros que estiverem na Haia.

O Dr. José Miguez comentou que o atraso na negociação dos mecanismos decorre basicamente da estratégia adotada pelo Presidente do G-77 de propor uma discussão dos princípios antes do detalhamento, enquanto os países desenvolvidos apresentaram submissões totalmente detalhadas dentro dos princípios que eles consideram adequados. Em consequência, o documento atualmente reflete muito mais submissões do ponto de vista dos países desenvolvidos do que do ponto de vista dos países em desenvolvimento. O mesmo ocorreria com a discussão sobre os Artigos 5, 7 e 8, artigos que têm a ver com inventário para o cumprimento das metas de Quioto, em que a discussão está muito restrita aos países desenvolvidos. Esclareceu que o artigo 5 refere-se à definição do sistema nacional de inventário, o artigo 7 define quais novas informações a Comunicação Nacional tem que conter

por causa do Protocolo de Quioto e o artigo 8 define as regras para revisão dos inventários dos países desenvolvidos. Comentou que essa discussão está muito restrita aos países desenvolvidos porque o tema é mais pertinente a esses países, além de ser muito complexo por envolver, basicamente, inventários. O G-77, muito à margem dessa discussão, permite que passem os pontos de vista dos países desenvolvidos.

O Dr. Gylvan acrescentou que a idéia da antecipação da criação do Comitê Executivo do CDM foi formulada pelo Ministro Sardenberg na reunião ministerial de Nova York e que se fosse aceita poderia até ajudar a entrada em vigor do Protocolo. Lembrou outro item substantivo que é a questão da complementaridade na utilização dos mecanismos. O Protocolo estabelece que o uso desses mecanismos deve ser em suplementação à atividade doméstica. Os europeus defendem o uso bastante limitado dos mecanismos enquanto os Estados Unidos defendem uma total desregulamentação, o que tem implicações práticas importantes.

Sobre os avanços na área de mecanismos de cumprimento, o Ministro Everton observou que a discussão evoluiu bastante, mas ainda havia vários aspectos a serem resolvidos. Um desses aspectos é o estabelecimento das conseqüências em caso de não-cumprimento, mas também é importante estabelecer quando e como se daria o início do processo com base nos relatórios do grupo de especialistas encarregado da revisão das informações sobre o atendimento aos compromissos.

Em relação à questão de transferência de tecnologia e aumento de capacitação nos países em desenvolvimento, a Secretária Maria Rita informou que a primeira dificuldade era a posição dos Países do Anexo I, que querem diluir o pleito dos países árabes ao adotar uma decisão única para os artigos da Convenção e do Protocolo, dizendo que o G-77 estava firme com relação a que se tivesse duas posições: uma para os artigos 4.8 e 4.9 da Convenção e outra para o artigo 3.14 do Protocolo. Disse que os países do Anexo I têm adotado posições duras e contrárias a qualquer provisão de recursos financeiros, ao aumento de capacitação e a medidas de adaptação nos países em desenvolvimento. Por esse motivo, o G-77 aliava-se totalmente à Arábia Saudita nos seus pleitos para um fundo de compensação. Informou, ainda, que a delegação brasileira alertou sobre a necessidade de que os países pensassem sobre o tema para que se soubesse concretamente quais seriam as propostas a serem levadas para tentar sair do impasse existente nessa negociação.

Em seguida, o Dr. Gylvan Meira abordou o tema dos sumidouros, que tecnicamente corresponde na Convenção e no Protocolo ao setor de “LULUCF”, a sigla em inglês para uso da terra, mudança do uso da terra e silvicultura. Lembrou que o Artigo 3 do Protocolo de Quioto trata das metas de redução nos países industrializados, que devem reduzir as emissões antropogênicas por fontes nos setores cobertos no Anexo A do Protocolo, que não inclui o setor de LULUCF. Explicou que esse setor é objeto de dois parágrafos específicos, que são os artigos 3.3 e 3.4 do Protocolo: o primeiro estabelece que os países do Anexo I poderão, para cumprir as suas metas, incluir reduções de emissões no setor de LULUCF ligadas ao florestamento, reflorestamento e desflorestamento, ou seja, as emissões obviamente antrópicas; o segundo dispõe que no futuro poderão ser incluídas outras atividades ligadas à agricultura. O Dr. Gylvan Meira disse que o assunto está sendo estudado e é complicado, citando o relatório especial do IPCC sobre esse setor que ajudou pelo menos a definir quais eram os problemas. Disse que há um item que não está formalmente na agenda mas está sendo discutido, que é a inclusão de LULUCF no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Informou

que dentro do G-77 e China havia posições extremas, com a China e os pequenos países insulares sendo completamente contra essa inclusão. Dentro do Anexo I, disse haver uma resolução formal da União Européia contra a inclusão do setor de LULUCF no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e restrições sérias à inclusão desse setor nos outros mecanismos. Disse que o G-77 reagiu às propostas de texto dos países industrializados com detalhes metodológicos, propondo um conjunto de princípios. Esses princípios foram incorporados ao texto que está em negociação e foi sugerido que fossem incluídos no texto proposto pelos presidentes do grupo de contato.

O primeiro princípio é que qualquer atividade no setor de LULUCF, além das atividades conduzidas no âmbito do Artigo 4.1(b) da Convenção – que é um artigo genérico que obriga todas as Partes da Convenção a protegerem as suas florestas, os seus estoques de carbono –, que os países do Anexo I façam com o objetivo direto de atingir suas metas não devem mudar o efeito global do adotado em Quioto, que é mitigar a mudança do clima, reduzindo as emissões antrópicas pelo menos em 5% em relação a 1990. O segundo é que não se pode, portanto, ter uma licença para aumentar as emissões, com base nos créditos oriundos do fato de que há um aumento de carbono na biosfera terrestre pelo efeito de fertilização, resultado do aumento da quantidade de CO₂ na atmosfera. O terceiro propõe a criação de um fundo de adaptação que poderá ser utilizado para conservação de florestas e reabilitação de vegetação degradada. Então, qualifica-se a área de conservação de floresta e reabilitação de vegetação para uso dos recursos desse imposto sobre o CDM. O quarto princípio é que não se deve permitir que a regulamentação das atividades do setor de LULUCF seja feita de forma que, na prática, signifique que os países industrializados poderão fazer saques a descoberto, com a transferência dos compromissos para um período no futuro. O quinto diz respeito à atribuição de responsabilidade e prazo pelo seqüestro de carbono sendo extremamente importante evitar o problema de criar uma responsabilidade, no caso do Brasil, de ter obrigação de ficar o resto da vida garantindo uma determinada quantidade de carbono contratada com países do Anexo I, o que causa problemas de soberania e ingerências externas. Este seria um ponto fundamental para a China.

O último princípio é que não vale crédito pela simples presença de estoque de carbono, ou seja, não vale dizer que se tem estoque de carbono em um solo ou uma floresta e querer crédito sobre ele. O Protocolo de Quioto não foi feito sobre isso. O Protocolo de Quioto trata de reduções de emissões. O Dr. Gylvan disse que, em sua opinião pessoal, com essas regras bem definidas talvez se possa incluir o setor de LULUCF no CDM se os países da Europa, China e países insulares se convencerem de que as regras são corretas. É interessante relatar que, no final, foi feita uma reunião dentro do G-77 e China sobre o setor de LULUCF no CDM, em que as posições ficaram bem definidas e depois houve uma discussão na plenária com todos os países sobre LULUCF no CDM.

Finalmente, o Dr. José Miguez informou ter recebido uma carta do governo da Holanda, fazendo uma sugestão que todos os governos de todos os países enviassem dois jovens de 14 ou 15 anos como membros da delegação para a segunda semana de reuniões da Convenção, por esse tema afetá-los no futuro. A sugestão era fazer um tipo de concurso em conjunto com o CNPq que pagaria as passagens e as diárias. Houve concordância do Ministro com relação à idéia do concurso.